

Programa Nacional de Humanização dos Cuidados de Saúde

Problema Primário

Insuficiente humanização dos cuidados pelos profissionais de saúde.

Problemas Secundários

- Falta de formação médica em Direitos Humanos;
- Desconhecimento dos Direitos Humanos e da sua aplicação à Saúde;
- Falta de formação na qualidade da relação médico-doente;
- Abordagem ao doente apenas na perspetiva da doença e não de uma forma holística como indivíduo na sua componente bio-psicossocial;
- Deficiente conhecimento respeitante aos direitos dos doentes, das crianças e dos profissionais de saúde no contexto clínico;
- Falta de conhecimento relativo aos direitos no acesso aos cuidados de saúde dos migrantes, refugiados, reclusos, pessoas com VIH, profissionais do sexo e utilizadores de drogas;
- Discriminação e estigma no acesso aos cuidados de Saúde.

Contexto e Fundamentação

O desenvolvimento da Medicina alterou a perspetiva de curar *versus* cuidar, encarando o doente em toda a sua complexidade quer individual quer interpessoal, permitindo uma Medicina centrada no doente.

A Medicina é cada vez mais capaz de prolongar a vida Humana em termos de longevidade e de qualidade, criando-se uma conjuntura favorável a uma relação médico-doente mais satisfatória.

1/5



No entanto, esta realidade conflitua com a necessidade de aumentar a eficiência e a produtividade dos cuidados prestados, inerente a um Serviço Nacional de Saúde gratuito, mas de recursos limitados.

Desta forma, a formação dos estudantes de Medicina deverá proporcionar-lhes as competências que lhes permitam ser profissionais de saúde preparados para lidar com qualquer situação. Para além do conhecimento técnico e científico, é fundamental existir o respeito pelos valores como a dignidade humana, o respeito pelas particularidades e escolhas individuais, o direito ao melhor tratamento existente e à não discriminação, que são basilares a uma prática médica digna e centrada no doente e independentes do contexto.

Para além disso, os Direitos Humanos (DH) e a Saúde estão de tal forma intimamente relacionados que, quando se promove o respeito pelos mesmos, a saúde é promovida e vice-versa. Por outro lado, quando estes são violados, ocorrem sérias consequências, tanto para o indivíduo como para a comunidade [1].

Ao invés de um tratamento humano e apropriado, como é esperado, um vasto e grave número de violações aos DH ocorre diariamente no contexto da Saúde. Estas violações variam desde a quebra da confidencialidade, do consentimento informado ou da privacidade, até à discriminação, ao abuso, à tortura e à crueldade [2].

A nível nacional destacam-se as violações dos DH na forma de estigma e de discriminação que são recorrentes e podem ser fraturantes no acesso aos cuidados de saúde como, por exemplo, no caso dos direitos sexuais e reprodutivos. Estas violações estão documentadas, a título de exemplo, no projeto “Saúde em Igualdade” [3] e no relatório sobre a discriminação na saúde [4] conduzidos pela Associação ILGA Portugal.

A realidade é que desde o início do contacto com a clínica, enquanto estudantes de Medicina, somos expostos regularmente a doentes que sofreram violações dos DH. No entanto, apesar desta exposição, o estudante, frequentemente, não tem a oportunidade de abordar estes doentes e contactar com esta realidade [5].



O conhecimento em DH permite não só uma compreensão mais clara da prática da medicina, num contexto alargado e global, mas também re-analisar o conceito de saúde e da responsabilidade social do médico para a comunidade, na compreensão das políticas de saúde e a sua relação com a prática [6].

Para além disso, a ausência de formação que promova a proteção e a promoção dos DH faz com que as causas socioeconómicas de doença e a promoção da saúde sejam negligenciadas pelos profissionais de saúde [5].

Salientam-se ainda as conclusões do Estudo Direitos Humanos no Currículo Médico, realizado pela ANEM, no qual os estudantes de Medicina das EM portuguesas demonstram lacunas em alguns conhecimentos de DH, nomeadamente no que respeita aos direitos dos doentes e profissionais de saúde no contexto clínico. Além disso, é da consideração dos estudantes que a formação em DH é pertinente para o seu ensino, sendo ainda seja insuficiente [7].

Importa, por fim, que sejam desenvolvidos esforços para incluir os DH no currículo das EM portuguesas e para capacitar os estudantes para encarar qualquer doente como uma pessoa Humana, com respeito pela sua dignidade. De igual forma, é necessário que se estimulem os médicos a ser competentes e a defender assuntos relacionados com DH [1], incluindo desigualdade socioeconómica, justiça social, violência e discriminação [5].

Objetivos

- Aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa na formação dos Estudantes de Medicina em temas relativos aos Direitos Humanos e Saúde;
- Fomentar a inclusão do ensino dos Direitos Humanos no currículo das Escolas Médicas portuguesas;
- Aumentar a qualidade de formação, tanto curricular como extracurricular, em temas relativos aos Direitos Humanos;



- Equipar os estudantes de Medicina das EM portuguesas de conhecimentos e ferramentas que promovam uma Medicina centrada no doente;
- Capacitação dos estudantes com funções de representação a nível local, em temáticas relativas aos DH;
- Sensibilizar os estudantes para uma Medicina livre de discriminação;
- Fomentar nos estudantes ferramentas de comunicação com os doentes, independentemente da sua cultura e do seu nível de literacia em Saúde;
- Fornecer oportunidades de contacto com outras realidades, aumentando o número de estudantes a intervir no seio da comunidade;
- Sensibilizar a comunidade para o trabalho desenvolvido no sentido de uma Medicina mais humana e do respeito dos Direitos Humanos, valorizando a relação médico-doente;
- Fornecer ferramentas para o *advocacy* da defesa do Direito à Saúde.
- Fomentar capacidades de desenvolvimento de competências relacionais e de auscultar as necessidades do próximo;
- Sensibilizar para as violações em Direitos Humanos no contexto de Saúde.

Indicadores

- Número de momentos de formação em Direitos Humanos dos estudantes com funções de representação a nível local;
- Número de reuniões com entidades competentes com vista à inclusão do ensino dos Direitos Humanos no currículo das Escolas Médicas portuguesas;
- Número de materiais produzidos para estudantes de Medicina com o intuito de disseminar conhecimentos e/ou sensibilizar para estas temáticas de saúde;



- Número de materiais produzidos para a sociedade civil com o intuito de disseminar conhecimentos e/ou sensibilizar para estas temáticas de saúde;
- Número de atividades realizadas visando a humanização dos cuidados de Saúde;
- Número de estudantes abrangidos por atividades que contribuem para a humanização dos cuidados de saúde;
- Número de indivíduos abrangidos por atividades que contribuem para a humanização dos cuidados de saúde;
- Número de estudantes a realizar programas de voluntariado;
- Número de parcerias estabelecidas no âmbito da área;
- Avaliação global das atividades ao abrigo deste Programa Nacional.

Referências bibliográficas

1. Keller, A. S. (2004). Human Rights and Advocacy: An Integral Part of Medical Education and Practice. American Medical Association, 6(1).
2. Cohen, J., & Ezer, T. (2013). Human rights in patient care: A theoretical and practical framework. Health and Human Rights, 15(2), 7-19.
3. ILGA Portugal. (2017). Saúde em Igualdade.
4. ILGA Portugal. (2017). Homofobia & Transfobia 2017 dados da discriminação em Portugal.
5. Premkumar, A. (2013). A call from below: Why deeper education in health and human rights is crucial for medical students. Health and Human Rights Journal.
6. Iacopino, V. (2002). Teaching Human Rights in Graduate Health Education. Physicians for Human Rights.
7. ANEM. (2018). Estudo Direitos Humanos no Currículo Médico.